



SUJEITO E SUBJETIVIDADE: UMA REFLEXÃO À LUZ DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Autor (a): Antonia Máira Emelly Cabral da Silva Vieira; Co- autor(a): Erivania Melo de Morais

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, mairaemelyc@gmail.com ; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, moraiserivania@gmail.com.

RESUMO

Cada vez mais, nos deparamos com pesquisas pautadas pela Teoria das Representações Sociais no âmbito das discussões que denotam estudos na área das Ciências Humanas. A preocupação em se aprofundar à temática, surge da necessidade de compreender o sujeito enquanto ser pensante e suas relações sociais e subjetivas ao representar a realidade. Diante disso, o objetivo principal desse trabalho é ampliar a compreensão sobre a subjetividade e a construção social do real no âmbito simbólico. Para tanto, propomos uma reflexão de carácter inicial acerca da contribuição da Teoria das Representações Sociais para compreender a relação sujeito-subjetividade/ sujeito-objeto na esfera social, numa perspectiva de construção simbólica do real. O percurso metodológico compreende um estudo bibliográfico que contempla um levantamento da literatura, no intuito de dialogarmos com o nosso objetivo e nos profundarmos nas pesquisas nesse campo de conhecimento. Como resultados preliminares, empreendemos que o campo social é compreendido, nessas obras, como indispensável no processo de alteridade e subjetividade dos sujeitos que representa. Nesse caso, tanto os comportamentos sociais quanto os fatos sociais são fatores que contribuem para a propagação dessa essência teórica. Assim, é na relação interpessoal, dialógica e histórica que o sujeito é considerado um ser pensante e subjetivo, que constrói suas representações diante dos seus saberes intersubjetivos e numa forte inter-relação com os fatos sociais.

Palavras-Chaves: Representações sociais. Sujeito. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

A Teoria das Representações Sociais (TRS) possibilita um novo olhar acerca dos objetos, dos sujeitos e sua subjetividade. Proveniente de um terreno híbrido, entre a Psicologia e as ciências sociais, a teoria se desenvolve no intuito de estabelecer novas bases epistemológicas e ontológicas para compreensão do sujeito/objeto, atribuindo, assim, grande importância à subjetividade numa relação plural e complexa com a alteridade e o cotidiano. Tendo como precursor Serge Moscovici, as discussões com bases psicológicas e sociais tem terreno fértil, na década de 60, na esfera científica, aprofundando o diálogo teórico com a publicação do trabalho inicial, empreendido por Serge Moscovici, em *La psychanalyse, son image et son public* em 1961. Adentra no Brasil somente na década de 70, quando em 1978, foi publicada a obra *A Representação Social da*



Psicanálise. Nessa obra o senso comum é valorizado e analisado como uma percepção da realidade social, uma vez que, é difundido um estudo sobre o pensamento social e simbólico. Nesse sentido, é ilustrada a forma como o conhecimento científico pode ser apreendido pelas pessoas. Moscovici (2004) traz em suas reflexões que o conhecimento comum é válido e que está fundamentado na experiência do dia a dia, na linguagem e nas práticas cotidianas, se contrapondo ao entendimento de que o povo não pensa, de que apenas os intelectuais são capazes disso, reafirmando dessa forma que o senso comum pode ser considerado como uma forma de conhecimento.

A partir dessa publicação a teoria se alastra, alarga-se e se fortalece como campo de conhecimento repleto de enigmas e debates a respeito do sujeito, sua subjetividade, o objeto e a sociedade. Moscovici (2013) diz não se contentar com o dualismo entre o individual e o mundo social, dando papel significativo as teorias que se relacionam com a religião, com os mitos, a linguagem, a comunicação e as ideologias, enfatizando, tanto os comportamentos individuais quanto aos fenômenos sociais.

Assim, o solo do fenômeno das representações sociais é enriquecido por um modelo estrutural que adentra os significados e apontamentos da subjetividade, aflorando no campo de estudo da psicologia social que tem como base epistemológica a sociologia e psicologia que possuem um olhar binário dos fenômenos sociais, tendo o objeto de um lado e o sujeito do outro, com isso, a psicologia social surge para promover um olhar ternário dos fatos, ou seja, dialogando com a tríade sujeito individual - sujeito social – objeto, sendo que neste olhar o sujeito social aparece como mediador do sujeito individual e objeto. (WOLTER, 2014).

Com isso, é perceptível que cada vez mais, nos deparamos com pesquisas pautadas pela Teoria das representações sociais no âmbito das discussões que denotam estudos na área das Ciências Humanas. A preocupação em se aprofundar na temática, surge da necessidade de compreender o sujeito e suas relações sociais ao representar a realidade. Diante disso, o artigo apresentado, tem como objetivo principal, ampliar a compreensão sobre a subjetividade e a construção social do real no âmbito simbólico. Para tanto, propomos um estudo inicial sobre a Teoria das Representações Sociais e as implicações dos fenômenos sociais na relação da construção do cotidiano pelo sujeito. Como caminho metodológico escolhemos fazer um estudo bibliográfico que contemple um levantamento da literatura e reflexão crítica de pesquisas de autores como: Moscovici (1978, 2012), Sá (1993), Jodelet (2001), Jovechelovitch (2013), dentre outros, no intuito de respondermos o nosso objetivo e nos profundarmos nas pesquisas nesse campo de conhecimento.



Nessa pesquisa, partimos do entendimento de Moscovici (1978) quando ressalta que a Teoria das representações sociais parte de um conhecimento da psicologia social que amplia o estudo sobre o senso comum e o conhecimento prático, entendendo que o conhecimento social só existe quando existe um sujeito social que age coletivamente. Partindo dessa premissa, tentamos realizar brevemente um exercício de reflexividade, apontando alguns argumentos que dispõem acerca da capacidade simbólica que a representação social possui, na sua relação com sua presença no cotidiano e na construção da realidade, assim como, com as relações subjetivas e intersubjetivas do sujeito com o objeto representado.

O COTIDIANO E O SURGIMENTO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Para Moscovici (2012) a teoria tem como ponto de partida a diversidade dos indivíduos, atitude e fenômenos impregnados na subjetividade expressiva em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Nesse sentido, as representações são percepções cognitivas do que entendemos sobre a realidade. Ainda, para o autor, as representações sociais possuem duas funções: Em primeiro lugar, elas convencionalizam os objetos e as pessoas simbolicamente o representam dando uma forma decisiva, estabelecendo uma categoria e alocando a um modelo de determinado tipo, sendo posteriormente uma representação partilhada por um grupo de pessoas. Em segundo lugar as representações são prescritivas e se impõem a nós como uma força irresistível que estrutura significados antes mesmo que comecemos a pensar o que deve ser pensado.

É nessa esteira intelectual que nasce o fenômeno e a teoria. O autor defende a redefinição do conceito da psicologia social a partir desse fenômeno (Moscovici, 1978). Como afirma Sá (1993, p.20) “os fenômenos, o conceito e a teoria das Representações Sociais só podem ser bem apreendidos no contexto de tal processo de renovação temática, teórica e metodológica da psicologia social”. Nesse sentido, a vertente psicossociológica ganha corpo e é defendida por Moscovici.

Ainda como base desse surgimento, tem-se como fundamentação a sociologia e especificamente a releitura realizada pelo Moscovici sobre as obras do Durkheim, o que permitiu que as considerações acerca da vida cotidiana e suas múltiplas complexidades indicassem para um novo paradigma nas Ciências Humanas e conseqüentemente na Psicologia Social. Isso demonstrou como Moscovici conferiu, um novo olhar para o pensamento social. Nesse sentido, o cotidiano, por exemplo, passa a ser visto como um conhecimento prático, que é reconhecido pelos sujeitos e que esses o constituem como realidade social.



As contribuições de Durkheim também se mostram expressivas na questão do entendimento das representações coletivas e individuais, que são evidenciadas ao mesmo tempo como distintas e complementares. Essa dualidade perpassa pela questão de que, a medida em que, o indivíduo participa da sociedade ele ultrapassa a si mesmo, tanto no pensar, como no agir. Em Durkheim (2000) as representações coletivas são produtos de cooperação entre os sujeitos e se estendem não apenas ao espaço, mas ao tempo, sendo percebidas ao longo das gerações que são acumuladas nas experiências humanas e conseqüentemente nas relações interpessoais estabelecidas.

Ainda na perspectiva do autor as representações coletivas se apresentam como estáveis, pois, enquanto o indivíduo é sensível mesmo a fracas mudanças, apenas acontecimentos com uma certa gravidade é que poderia afetar o acervo mental da sociedade. Sendo nessa reflexão as representações como algo que não se transforma.

O conceito apresentado segundo Durkheim (2000) nada mais é do que “essencialmente essencial” porque é através dele que as inteligências humanas se comunicam e que apontam para uma universalidade do conceito. A partir dessa compreensão é observado a aproximação do pensamento do Durkheim ao do Kant, postulando uma síntese estável do geral ao particular o que é contrário ao que propõe Moscovici ao pensar as representações num plano psicológico, percebendo uma tensão dinâmica nesse processo representacional. (JESUINO, 2014)

É perceptível que apesar de diferenciar as representações coletivas das individuais Durkheim traz na sua reflexão um elemento de contrariedade, quando coloca que a sociedade é uma realidade “*sui generes*” (DURKHEIM, 2010, P. 216) e que, portanto, as representações possuem conteúdos diferentes das individuais, mas que a coletiva acrescenta ao individual. Essa reflexão nos leva a entender o caráter social no pensamento do Durkheim, o que é levantado pelo Moscovici nos seus estudos, perceber as representações sociais como algo estabelecido no social e não separadamente.

O campo que a teoria se desenvolve tem bases nessa vertente. O campo social é visto como indispensável no processo de alteridade e subjetividade dos sujeitos que representa. Nesse caso, tanto os comportamentos sociais quanto os fatos sociais são fatores que contribuem para a propagação dessa essência teórica e científica. Assim, é na relação interpessoal, dialógica e histórica que o sujeito é considerado um ser pensante e subjetivo que constrói a realidade, diante dos seus saberes intersubjetivos e numa forte inter-relação com os fatos sociais.



Esse entendimento da dialógica e da perspectiva histórica, aparecem fortemente em Marx e que segundo Moscovici (2010) essa interpretação não procura buscar a perfeição do pensamento cotidiano através da ciência, mas entender que pela comunicação e pelas relações estabelecidas o indivíduo é transformado. De todo modo Moscovici (2010) direcionou críticas em relação aos ideias engessados de que o conhecimento só se estabeleceria através do conhecimento científico.

A teoria supracitada é uma porta aberta para busca de respostas a questionamentos inerentes as práticas sociais de diversas temáticas. Esse saber prático (Jodelet, 2001), reflete ações e opiniões dos sujeitos acerca de um determinado objeto. Nessa perspectiva, alguns elementos, sujeitos e relações são investigados com intuito de se compreender como a subjetividade se impõe e o senso comum se revela. É um conhecimento que procura demonstrar a intersubjetividade e a construção simbólica da realidade.

A representação social compreende o posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, com intuito de constituir percepções simbólicas por parte dos indivíduos. Nesse âmbito, o indivíduo quando representa um objeto vivencia um processo de formação dialógica e interativa de encadeamento de fenômenos sociais, fruto dos processos simbólicos, no cotidiano, numa inter-relação entre o individual e o coletivo.

Como afirma Sá (1993) comumente nos encontramos nas ruas, nos comércios, nos bares, nas filas dos bancos, paradas de ônibus ou em qualquer comemoração festiva e nesses encontros informalmente nos comunicamos e isso já faz parte da nossa vida. Para ele, esses comportamentos e atitudes são mobilizações das representações sociais em diversos lugares e ocasiões.

As relações comunicacionais e comportamentais do cotidiano permitem que um sistema de representações sociais seja elaborado e assim, se constroem pensamentos, no campo social, onde se desenvolve a vida humana e suas diversas manifestações de relações. Assim, o cotidiano constitui-se como fonte de saber, na qual entrelaça-se o pensamento, a subjetividade, a vida e o conhecimento.

As representações sociais quando partilhadas e compartilhadas pelo grupo possibilita o aparecimento de uma visão aproximada do consensual sobre o real (Jodelet, 2001). Nesse construto, os sujeitos representam de acordo com sua subjetividade, ancorando ao seu mundo o que antes tinha como desconhecido. Portanto, o indivíduo revela de forma subjetiva uma realidade balizada pelo senso comum, um conhecimento inerente as suas vivências. Para Jovechelovitch (2013, p. 67) “os



processos que engendram as representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma cultura”. Então, as representações sociais como atividade simbólica produzem uma realidade social a partir da alteridade e da quebra de paradigmas entre a subjetividade e as estruturas sociais que permeiam as relações coletivas. Nesse âmbito, emergem como um fenômeno social e simbólico no tecido social as representações.

Ainda, de acordo com as interações dos sujeitos e manifestações diante dos objetos, todos nós produzimos conhecimentos. Saberes que são provenientes de experiências, costumes, cultura, estudos e relações grupais, são produzidos e enraizados pelos sujeitos, de modo a fazer parte de seu aprendizado. Assim, é nesse entrelaçar de significados e significantes que a propagação de conhecimentos se dar.

Nessa conjuntura, as percepções e as ideias são resultados de uma incitação entre ambiente gerador de práticas e os atores sociais, diante da produção do conhecimento e o senso comum. Então através de uma gama de estímulos balizados e amparados por suas concepções de mundo, sua cultura e seus valores, os sujeitos produzem uma imagem simbólica sobre o objeto. A comunicação e a interação social são molas propulsoras de uma representação na diversidade plural e complexa do real.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS : ENTRE A CIÊNCIA E O SENSO COMUM

Há uma busca hesitante pelo entendimento do senso comum que é um aspecto balizador de muitos comportamentos e ações dos sujeitos, agentes desse processo social e histórico. Cada vez mais pesquisas relacionadas propõem essa descoberta e nesse cenário ampliam-se estudos que utilizam como fonte teórica a Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Serge Moscovici, na busca de interpretar o sujeito dentro do contexto social e cultural, estudando suas representações (VIEIRA e MELO, 2014).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) busca interpretar o sujeito dentro do contexto sociocultural, estudando suas representações diante da realidade, num complexo movimento de construção e classificação do real. Os solos que dão origem à teoria em questão apontam para uma fertilidade intelectual complexa como afirma Farr (1994), a Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de Psicologia Social.



Para Jodelet (2001), as representações sociais possuem um campo de pesquisa cristalizado e com três características marcantes: a vitalidade, a transversalidade e a complexidade. Segundo a autora, esse campo possui uma vitalidade que não é estática e está em constante movimento através de descobertas e novas pesquisas que são alçadas na psicologia social, além disso, por estar presente em diversos países, essas pesquisas tornam-se intensas. Na transversalidade “reside uma das contribuições mais promissoras desse campo de estudo” (JODELET, 2001, p.26). Esse sentido transversal que transcende a teoria expressa uma ideia de permanência paralela ao movimento do sistema de pensamento e apropriação do real representado. A complexidade envolve esse fenômeno por ser característico do pensamento e inerente aos conceitos psicológicos que envolvem.

Logo, as representações sociais contribuem para formar e orientar comportamentos, “elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (JODELET, 2001, p.17). Essas representações são percebidas nos discursos, nos gestos e palavras entoadas para estabelecer uma opinião sobre determinado objeto. Assim como declara Moscovici (1978), são entidades quase tangíveis que podem estar impregnadas nas relações sociais. Para Jodelet (2001, p.22), as representações sociais são:

Uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, conhecimento científico.

Os indivíduos são considerados como seres ativos no processo de construção do real. Assim, produzem comunicações e representações se posicionando a partir do seu pensamento e processo cognitivo de operacionalização da realidade. Desse modo, esse fenômeno pode estar ligado diretamente aos reflexos sociais e culturais de uma ordem dominante, onde “nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura” (MOSCOVICI, 2012, p.35).

A REALIDADE CONSTRUIDA SOCIALMENTE: SUJEITO, SUBJETIVIDADE E REPRESENTAÇÕES.

As representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22), estabelece um saber do senso comum, espontâneo e



diferente do saber científico que facilita a nossa relação com o mundo e com os outros, nos fornecendo elementos cognitivos que organizam a conduta humana e sua iteração social. Assim, “representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se reporta a um objeto” (JODELET, 2001, p.22). Nesse sentido, entendemos que a vida cotidiana, como uma realidade construída socialmente e compartilhada com os outros tornar-se resultado das relações face a face, nos discursos sociais, na mídia e da cristalização das condutas na estrutura social.

Essas relações constituídas pelo indivíduo a partir de sua interação com a sociedade o leva a uma produção subjetiva e que corresponde a um modelo de imagens e comportamentos simbólicos, sobre o qual se desenvolvem diferentes práticas e relações sociais que passam a ser compartilhadas de modo coletivo (MOSCOVICI, 2005). Jodelet (2001, 2009) também discutiu questões relacionadas à subjetividade ao referir-se as funções e gêneses das representações sociais, reforçando as relações constituídas entre indivíduo-sociedade e reafirmando a tríade sujeito – outro – objeto.

A autora chama atenção para uma possível emergência da subjetividade, uma vez que, a mesma “ecoa em toda a reflexão contemporânea que situa a questão do sujeito em uma perspectiva política e histórica” (JODELET, 2009, p. 685). Nesse sentido,

A noção de subjetividade nos conduz a considerar os processos que operam no nível dos indivíduos eles-mesmos. Ainda que nossas pesquisas visem a deduzir os elementos representacionais partilhados, seria reducionista eliminar de nosso exame aquilo que corresponde aos processos pelos quais o sujeito se apropria e constrói suas representações. (JODELET, 2009, p. 696)

Segundo a autora esses processos se configuram e se estabelecem nas experiências de vida dos sujeitos. Lane (2001) ao empreender estudos em relação à subjetividade e objetividade acionados a partir das representações sociais, entendeu que o sujeito se constitui na identificação com o próximo e não na sua diferença. “subjetividade é, portanto, construída na relação dialética entre o indivíduo, a sociedade e suas instituições” (LANE, 2001, p. 17), portanto os indivíduos se tornam sujeitos sociais por meio das relações que estabelecem no meio social, com os outros e com as condições históricas.

Nesse sentido outro elemento surge como fonte de enriquecimento para se pensar na relação sujeito-sociedade e nas próprias relações estabelecidas, que é a questão da alteridade problematizada por Jovchelovitch (1995), em seus estudos, entendeu que o desenvolvimento do eu se dá na compreensão do outro, sendo a alteridade a fonte de toda a vida social. O reconhecimento



desses elementos como centrais na discussão permite o entendimento do eu na vida social, assim como, dos seus aspectos, ou seja, das ações simbólicas, da intersubjetividade, da objetividade e da identidade e são nesses pontos que as representações emergem e expressam seus saberes .

Nessa perspectiva, a realidade social é apreendida no contínuo de subjetividades que entrelaçam nas relações do sujeito com o outro e com o mundo, fortalecendo conceitos e estruturas cognitivas, no âmbito psicológico, que se manifestam através de representações. Para Berger e Luckmann (2012) a realidade da vida cotidiana apresenta-se como um mundo intersubjetivo, no qual, não podemos existir na vida cotidiana sem interação e comunicação com o outro. Compreendemos, assim, que os agentes sociais quando se relacionam, produzem conhecimentos e expressões acerca do real, e difundem ideias fomentadas coletivamente, no qual caracteriza um grupo e/ou define uma identidade social.

A representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito. Essa atividade pode remeter a processos cognitivos – o sujeito é então considerado de um ponto de vista epistêmico, - assim como mecanismos intrapsíquicos (projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações, etc)- o sujeito é considerado de um ponto de vista psicológico. Mas, a particularidade do estudo das representações sociais é o fato de integrar na análise desses processos a pertença e a participação, sociais ou culturais do sujeito (JODELET, 2001, p. 27).

Diante disso, entendemos que compreender a representação social como fenômeno, nos permite entrar em um campo complexo, subjetivo e de manifestações simbólicas carregadas por relações intersubjetivas. De fato, os sujeitos sociais devem ser estudados como um ser social e ao mesmo tempo individual, que se forma através de percepções afetivas, mentais, emocionais e sociais de modo integrado. Compreendemos, assim, a importância do estudo da teoria para que compreendamos essas “entidades quase tangíveis” (MOSCOVICI, 1978) que se revelam no comportamento do grupo, do homem como um ser social e das relações entre sujeito e objeto, no universo cotidiano e simbólico. Nesse caso, “para o chamado homem moderno a representação social constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrito em seus alicerces e em suas consequências” (MOSCOVICI, 1978, p. 44).

O sujeito como interlocutor de um processo representacional, situado em um campo social dinâmico, ativo e híbrido está interligado diretamente ao universo social e é resultado dele. Nesse âmbito, a representação social parte de um saber individual para um coletivo e o sujeito situado socialmente quando elabora uma representação social com o grupo, essa se destaca como guia para ação.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não a reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior (MOSCOVICI, 1978, p. 50).

Com essas ideias, até aqui tecidas, confirmamos que nesse processo de percepção acerca do real, está imbricado um conhecimento individual do sujeito que construído na alteridade social, se formam a partir da interação com o objeto e mediado pela linguagem, comunicação e comportamentos, se fortalecem enquanto grupo. Assim, as representações como fruto de um saber social e amalgamada às experiências culturais é uma tomada de consciência do objeto e da realidade social, sendo essas representações sempre de outrem, sabendo que seus estudos permitem acessar os significados, sentidos que os sujeitos sociais e coletivos atribuem a um objeto.

A partir dessa concepção, Jodelet (2009) aponta para três esferas de pertença das representações sociais a saber: a esfera da subjetividade, intersubjetividade e transubjetividade. Na subjetividade serão considerados os processos em que o indivíduo operam a partir da concepção de eles-mesmos, na Intersubjetividade reporta-se a determinados contextos em que o sujeito no processo de interrelação contribuem para a instituição das representações sociais, não havendo indivíduo isoladamente, mas nas relações. E a transubjetividade que transita entre a subjetividade e intersubjetividade, onde seu entendimento perpassa tanto os sujeitos e os grupos como os contextos de interação.

Isso nos leva a reflexão de que as representações não são constituídas sem essa relação entre o sujeito, objeto e o social, sem tecer nas práticas, na intercomunicação, nas interação esferas que a conduzam a produzir conhecimentos que consideram o que é de senso comum, ou seja, do cotidiano, das vivências diárias, como a de conhecimentos instituídos cientificamente, ou seja, não há conhecimento descartado, mas conhecimento transformado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se, nesse estudo, acionamentos de que a Teoria da representação social é um campo teórico-metodológico que permite um melhor entendimento acerca dos objetos sociais, da realidade prescrita que são representadas pelos sujeitos nas suas relações, assim como nas percepções subjetivas e relacional ao senso comum, ou melhor, nos permite empreender que o conhecimento produzido cotidianamente é relevante e que remete a elementos simbólicos que, por sua vez, fazem parte da realidade social.



Quando entendemos que o indivíduo como um ser pensante, que representa e age conforme suas impressões, saberes, cultura e experiência, entendemos que estão em contínua mudança social, justamente por estarem em constante relações com o outro, passando a se familiarizar, tornando esse elemento como crucial para entender a si próprio, sendo, dessa forma a questão da alteridade central na discussão, o eu que passa a se reconhecer no outro.

Assim, é na relação interpessoal, dialógica e histórica que o sujeito é considerado um ser social e subjetivo, que constrói a realidade diante dos seus saberes intersubjetivos e numa forte inter-relação com os fatos sociais. As representações sociais como atividade simbólica produzem uma realidade social a partir da alteridade e da quebra de paradigmas entre a subjetividade e as estruturas sociais que permeiam as relações coletivas. Para tanto os comportamentos sociais quanto os fatos sociais são fatores que contribuem para a propagação dessa essência teórica. Assim, é nessa relação que o sujeito é considerado um ser pensante e subjetivo, que constrói suas representações diante dos seus saberes intersubjetivos e numa forte inter-relação com os fatos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Trad. Paulo Neves São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JESUINO, Jorge Correia. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo.(Orgs). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. - Brasília: Technopolitik, 2014. p. 41- 76.

JODELET, D. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679 -712, 2009.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: _____. (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH (orgs.). Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 61-85.

LANE, S. T. M. A dialética da subjetividade versus a objetividade. In: FURTADO, O.; REY, F. G. (Org.). **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 11-17.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar. Editores, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SÁ, Celso Pereira. **Representações Sociais e o estado atual da teoria**. In: SPINK, Mary Jane. O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.p. 19-45.

WOLTER, Rafael Moura Coelho Pecly. Serge Moscovici: um pensador do social. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo.(Orgs). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. - Brasília: Technopolitik, 2014. p. XXVII – XXXVIII.